



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência.

ATA



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 3.740/2022 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (LDO 2023), REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2022.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e dois, através do sistema eletrônico de vídeo conferência, foi realizada Reunião de Audiência Pública da Comissão Permanente de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência. O Presidente desta Casa Legislativa, Deputado Adriano Galdino fez uso da palavra para fazer uma saudação às demais autoridades, aos senhores e as senhoras presentes bem como às entidades funcionais, presentes nessa reunião de Audiência Pública. Na qual, segundo o Presidente, “iremos discutir detalhes da LDO e comentar com os representantes dos Poderes e das demais categorias funcionais e órgãos da imprensa em geral”. Nesse ínterim fez uma saudação ao Procurador Geral do Ministério Público do Estado, Dr. Antônio Hortêncio, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Dr. Fernando Catão, a cada um dos senhores e senhoras que estavam de forma presencial, bem como os demais membros de outros Poderes que se encontravam sob a forma on-line. Em seguida o Senhor Presidente



expressou o seu contentamento em estar recebendo nesta Casa Legislativa “pessoas do povo, das representações dos Poderes, da imprensa em geral, que tem levado o trabalho desta Casa para toda parte da Paraíba e do mundo inteiro e, também, fazendo com que, uma vez cumpra o seu papel institucional de procurar fazer um “orçamento mais equilibrado e só se faz isso com muito diálogo, com muita conversa, com muita equilíbrio, com muito *“pé no chão”* e, acima de tudo, respeitando o nosso ordenamento jurídico”. Ato contínuo saudou o Doutor Léo Quintans, Presidente da Associação do Ministério Público, a Dra. Madalena, a assessoria do Secretário Gilmar Martins, representando o Governo do Estado, entre outros. O deputado Adriano Galdino ainda acrescentou que, a realização dessa audiência pública na Casa de Eptácio Pessoa representava o compromisso da ALPB em debater com os representantes do povo a elaboração de um Orçamento justo. “Esta audiência na Assembleia é o momento em que os deputados irão dialogar e ouvir os representantes de cada Poder, assim como os representantes do povo paraibano para que possamos ter uma Lei de Diretrizes Orçamentárias alinhada com os anseios e com a vontade soberana do povo paraibano. A Assembleia está fazendo seu trabalho. Estamos aqui para cumprir nossa obrigação regimental e constitucional e contribuir na construção de um Orçamento melhor e mais justo para todos”, declarou o Presidente. Logo após, comunicou que precisava se retirar em virtude de ter assumido anteriormente outros compromissos. Ato contínuo passou a Presidência dos trabalhos para o Senhor Deputado Branco Mendes, Presidente da Comissão de Orçamento, Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, que tinha larga folha de serviços prestados não só na Assembleia, mas em toda Paraíba, acentuou. “Fiquem todos com Deus e até breve se Deus assim nos permitir!”, concluiu. Com a palavra o Presidente Deputado Branco Mendes declarou abertos os trabalhos da Audiência Pública da Comissão de Orçamento Fiscalização, Tributação e Transparência saudando aos demais presentes, convocada para debater , através do sistema híbrido - Discutir o Projeto de Lei nº 3.740/2022 – Do Governador do Estado – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2023 e dá outras providências (LDO 2023), com a participação da Sociedade Civil Organizada (entidades científicas, culturais, associações, sindicatos e demais instituições representativas). Nesse ínterim o Senhor Presidente convidou a todos para fazerem um minuto de silêncio, em homenagem às 665.277 Vítimas da covid-19. Ato contínuo convidou o Senhor Relator Deputado Wilson Filho para secretariar os trabalhos



da Comissão. Em seguida determinou ao Secretário que procedesse a leitura do Edital de Convocação, que ensejou essa reunião. Segundo o Edital, o Presidente da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, convocava o órgão colegiado para participar da reunião de Audiência Pública da Comissão a ser realizada naquele dia, dezoito de maio do corrente. Como também debater com o Expositor do Governo do Estado e a participação da sociedade civil organizada em cumprimento ao previsto no parágrafo único inciso I, do artigo 48 da Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de conformidade com a exposição do Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Gilmar Martins de Carvalho. Após a leitura do Edital, o Presidente convidou as seguintes autoridades para formação da mesa: a Deputada Camila Toscano; o Deputado Raniery Paulino; o representante do Governo do Estado, o Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Gilmar Martins de Carvalho; o Dr. Fernando Rodrigues Catão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; o Dr. Antônio Hortêncio, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba; o Dr. Ricardo Barros, o Defensor Público-Geral e representante da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e a Deputada Rafaela Camaraense. Comunicou ainda que, estavam de forma remota a Dr^a. Isabel Vicente, Diretora de Economia e Finanças, representando o Dr. Saulo Henriques Benevides, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e também de forma remota a Dra. Pollyanna Xavier, a pró-reitora de planejamento e de desenvolvimento, representando a Reitoria da UEPB, Célia Regina e também os Deputados Irmão César, Dr. Taciano Diniz, Felipe Leitão, Dr. Moacir Rodrigues, entre outros. Logo após solicitou do Secretário, Deputado Wilson Filho, que fizesse registro nominal da presença das demais autoridades. A Audiência Pública contou ainda com a presença do Presidente da Associação Paraibana do Ministério Público, Leonardo Quintans; do representante da Associação dos Docentes da UEPB, José Helder; do presidente da Associação dos Policiais Civis de Carreira, Beethoven Gomes; do representante da Associação dos Servidores do TJPB, Altamir Alencar; do representante da Associação dos Magistrados, Gilberto Rodrigues; do representante da Associação dos Oficiais de Justiça da Paraíba, Joselito Bandeira Vicente; do coordenador da Central Sindical Intersindical, Victor Hugo; e da presidente do Sindicato dos Investigadores da Polícia Civil da Paraíba, Suana Melo. Ato contínuo a Presidência ditou as regras para a condução dos trabalhos da



Audiência Pública. Seguindo os termos regimentais, Artigo 303, parágrafo 2º. do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Após os esclarecimentos o Presidente convidou o expositor, Dr. Gilmar Martins, para fazer uso da palavra. Da tribuna, o Dr. Gilmar Martins enfatizou os propósitos dessa Lei, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, isto é, a lei que norteia a elaboração da peça orçamentária para o ano vindouro, que orienta a elaboração e especifica como definir as metas fiscais do Governo do Estado para o Exercício de 2023. Também trata da estruturação dos orçamentos e da organização para execução da própria peça orçamentária, em que se define a alteração na legislação tributária que venha a impactar nas projeções de receita. Nessa lei abordamos também a questão inerente ao limite de despesa com pessoal, orienta as limitações relativas à dívida pública, a política de fomento e bem como explicita as disposições gerais, no que diz respeito às definições de metas prioritárias para o ano vindouro e as metas contempladas na Lei de Diretrizes Orçamentárias que devem ser compatíveis com o Plano Plurianual aprovado por esta Casa e pela execução do Governo do Estado e que irá vigorar até o ano de 2023. Já sobre a questão das metas e definições de prioridades e metas. O Poder Executivo, por meio da plataforma do Orçamento Democrático Estadual, fez uma consulta pública, para que a sociedade pudesse interagir com o governo para definição das metas prioritárias, quando se tratava do Poder Executivo. Mas quando que se referia aos demais Poderes e órgãos autônomos a Secretaria de Estado do Planejamento enviou expediente para cada um dos poderes e órgãos autônomos que puderam interagir com o Governo e enviar as suas proposituras, conforme determinava a Constituição Federal. Assim, o Orçamento está dividido em três esferas orçamentárias: o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos. O Orçamento fiscal disciplinará a Lei de Diretrizes Orçamentária para que a programação do orçamento para 2023 seja compatível com o Plano Plurianual que também deve ser observado e seguirá a estrutura técnica de conceitos estabelecidos; o Orçamento da Seguridade Social onde são alocados recursos destinados à Saúde, Previdência e Assistência Social e no Orçamento de investimento nos alocamos os recursos para as empresas estatais independentes. Acentuou ainda que a Lei de Diretrizes Orçamentárias contempla quatro reservas de contingências que preconiza a utilização ou a doação de quatro reserva de contingências. A primeira reserva de contingência tratada na Lei de Diretrizes Orçamentárias é aquela destinadas a reserva em função de veto de emendas parlamentares, preconizado no artigo 166, parágrafo 8º da



Constituição Federal. Ainda tem a reserva destinada ao equilíbrio que diz onde a reserva e de quanto a ingerência destinada ao equilíbrio orçamentário do fundo capitalizado, uma vez que ele é superavitário para se cumprir o princípio do equilíbrio orçamentário e, assim, adotar a reserva para o Regime de Previdência do servidor. Há ainda a reserva para a cobertura de emendas parlamentares e, por fim, a reserva na Lei de Diretrizes Orçamentárias que preconiza ainda que a alocação dos créditos orçamentários seja diretamente aos órgãos que irão executar as ações e alocação dos créditos orçamentários que será diretamente ligada aos órgãos que irão executar as ações de governo e que também fica facultado para efeito de transparência durante a execução do orçamento e desdobrar os créditos orçamentários em elementos para ações do governo. Posteriormente, o Orador discorreu sobre a estrutura da Lei de Diretrizes Orçamentárias que também vai constituir quadros como consolidados em anexo dos orçamentos, as receitas e despesas. Nesse ínterim apresentou quadro demonstrando a discriminação da receita e da despesa, anexo do orçamento de investimento demonstrativo referente e a manutenção da Educação Básica o FUNDEB, demonstrativo inerente a alocação de recursos para a educação, alocação de recursos para fazer atendimento à Emenda Constitucional nº 29/2000, de saúde e um demonstrativo sobre renúncia fiscal, serviço da dívida em que ocorre o detalhamento de despesa e o comparativo do orçamento com as metas fiscais demonstrativo de previsão da receita corrente líquida que tem por base para vários limites preconizados na LRF. Por fim, no que diz respeito a Mensagem a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, disse que não ia discorrer sobre o assunto, mas o importante é que a essa exposição da lei visa discriminar as categorias de programação específicas e as dotações destinadas para obter recursos da dotação orçamentária específica para pagamento de precatórios, para participação no Capital de empresas estatais, despesas com publicidade e auxílios alimentação; vale-refeição em outros programas assistenciais, que se refere ainda as orientações para elaboração da lei orçamentária anual baseada na Constituição. Equilíbrio orçamentário do fundo capitalizado para fazer em torno de 150 milhões para o exercício de 2023. Entre outros comentários, concluiu a sua explanação. O Presidente da Comissão agradeceu a exposição do Secretário Gilmar Martins e também solicitou cópia impressa da sua apresentação para que esta Casa possa acompanhar, de pronto, matéria vinda do Governador do Estado. Acrescentou em seguida que a Comissão iria discutir o que pode ser alterado e ampliado na LDO. De acordo



com o Deputado Branco Mendes, as emendas impositivas serão ampliadas para a melhor atuação dos deputados, com a melhor distribuição de emendas por todos os municípios paraibanos, cujo objetivo seria seguir o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba e cumprir todos os prazos que foram afixados pela Comissão. Observou ainda que, a Audiência Pública marcava o início das discussões da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com os representantes dos três Poderes e das entidades da sociedade civil organizada. “Esse é um passo importante para podermos elaborar o orçamento de 2023, num clima harmonioso. É o momento em que o Governo do Estado, representado pelo Secretário Gilmar Martins de Carvalho, faz a explanação da peça orçamentária aos presentes, dando início às discussões”, acentuou. Sobre as Emendas Impositivas e as questões relacionadas ao Duodécimo, afirmou que a discussão se daria no âmbito desta Comissão. Segundo ele, não havia dúvidas que a LDO seria bem elaborada e que as emendas impositivas deveriam ser ampliadas, para a “melhor atuação dos deputados na distribuição dessas emendas com os municípios, com as instituições de hospitais e às associações por todo o Estado da Paraíba”, concluiu. Logo após convidou o Relator da matéria na Comissão, o Deputado Wilson Filho, para fazer uso da palavra. O Deputado Wilson Filho iniciou suas palavras alegando que a sua missão, naquele dia, como relator da matéria, ora em questão, “era ouvir bastante e falar menos”. O Relator garantiu que iria acompanhar atentamente, em conjunto com o Governo do Estado, o texto enviado à Casa de Eptácio Pessoa pelo Executivo. Para o parlamentar, a harmonia entre os Poderes e o respeito à independência das autarquias seriam prioridades. “O texto inicial vindo do Governo do Estado já trazia aquilo foi construído desde 2019, que é o respeito à independência dos Poderes, o respeito ao cumprimento e à atualização do duodécimo e também a autonomia dos Poderes. Com essa Audiência Pública, estaremos abertos a qualquer tipo de sugestão para aprimoramento do texto. Na função de relator, estaremos atentos às emendas que por ventura chegarem”, declarou. O debate sobre a LDO na Casa de Eptácio Pessoa, segundo o secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins de Carvalho, é o momento no qual o Governo do Estado apresenta à população, aos demais Poderes e autarquias, os objetivos financeiros traçados para o ano seguinte. “É o momento para discutirmos as diretrizes, as linhas principais que irão nortear a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2023. Esta lei vai contemplar as diretrizes que, por exemplo, devam ser alocadas em ações de serviços públicos.



Trata-se de um texto que disciplina as metas fiscais que o Estado almeja alcançar em 2023, a despesa com pessoal, a aplicação mínima de recursos nas áreas da Educação e Saúde”. Ainda de acordo com o Secretário, “até o mês de setembro o Governo do Estado encaminhará à Assembleia o Projeto de Lei Orçamentário Anual visando constituir o orçamento para o ano de 2023”. O próximo Orador, o Procurador-Geral de Justiça, Antônio Hortêncio, inicialmente, cumprimentou a todos os presentes. Logo em seguida defendeu que o Executivo continue observando a necessidade de crescimento das instituições, pois, segundo ele, assim como o Ministério Público, os demais Poderes e entidades que possuem orçamentos próprios tiveram perdas com a paralisação das correções orçamentárias. O Procurador-Geral destacou que a implementação do IPCA pelo Governo do Estado trouxe “fôlego” para todos, porém, não garantiu a recomposição das perdas. “Essa correção pelo IPCA vem dando esse fôlego, entretanto, não tem permitido que a gente pudesse desenvolver as nossas atribuições e funções à contento a cada órgão da forma como deveria ser”, ressaltou Antônio Hortêncio. Continuando enfatizou que não estava se referindo somente ao Ministério Público, mas aos demais órgãos e Poderes como a Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça, o próprio Ministério Público e a Defensoria Pública que possuem os seus orçamentos próprios e essa correção pelo IPCA não tem, obviamente, permitido em razão daquele congelamento, que os Poderes constituídos pudessem desenvolver à contento, as atribuições e funções inerentes a cada órgão da forma como efetivamente deveria ser. As demandas cresceram o que gerou um aumento de procura e muitas vezes as instituições não conseguem atingir totalmente aqueles que deveriam atingir. Então é importante que tenha a correção pelo IPCA ou, alguma outra via, que possa gerar uma melhor recomposição das perdas salariais pelo IPCA, no investimento de pessoal, tudo isso é recurso que a gente precisa e que obviamente faltou em algum desses anos e que exigiu de todos nós um exercício muito grande e muita criatividade para que a gente pudesse economizar e sobreviver com aquilo que no orçamento. Acrescentou, ainda, que houve uma Emenda apresentada pelo Presidente, Deputado Adriano Galdino, em que se buscava uma melhoria dessa recomposição, além do IPCA, um incremento com uma porcentagem alta metrificada no orçamento, daquilo que é de excesso de arrecadação. Entre outras alegações, concluiu o seu pronunciamento agradecendo a participação e solicitando mais uma vez a colaboração e a sensibilidade de todos os Poderes



constituídos. O Presidente, Deputado Branco Mendes, comunicou a presença no recinto do Deputado Tovar Correia Lima. Ato contínuo passou a palavra ao Deputado Raniery Paulino. Inicialmente, o parlamentar cumprimentou o Presidente da Comissão, ao Relator da matéria e a todos os presentes. Prosseguindo ressaltou que, “não há democracia se não houver o respeito às instituições”. Posteriormente disse estar feliz com essa Audiência porque “nós viramos a página de uma relação institucional muito difícil de outrora, desde 2019, e se reinaugurou a relação institucional como tem que ser”. A correção do IPCA foi lá em 2015, através de uma emenda de sua autoria, como relator do Orçamento, mas o governo da época nunca observou e congelou. Na verdade, acentuou o parlamentar, até a relação entre a Comissão desta Casa e o Poder Executivo era difícil de se estabelecer. Atualmente, foi inaugurada uma nova fase de relação institucional e econômica com um governo que tinha compromisso, eficiência e racionalidade com os gastos públicos. Ato contínuo teceu comentários elogiando as interrelações do atual Governo com os Poderes e as outras categorias. Enfatizou, inclusive, que estaria solicitando para a região do Brejo da Paraíba uma delegacia especializada para pessoas com deficiência e concluiu se colocando à disposição para apresentar emendas para outras categorias também. Disse ainda que não existe quem defenda a democracia se não for com respeito às instituições que funcionam de forma plena, de forma autônoma ou não. A Presidência dando prosseguimento às falas, convidou a Dr^a. Isabel Vicente, que representava o Dr. Saulo Benevides, Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, de forma remota. Após os cumprimentos, informou que, infelizmente, não poderia estar presencialmente, porque se encontrava em uma viagem internacional. Em seguida, destacou a importância da garantia aos Poderes na atualização do duodécimo pelo IPCA, o índice oficial da inflação. Como também agradecia ao Governador João Azevedo e toda a equipe pela correção, mas que seria preciso garantir aos Poderes para que não haja mais um “retrimento do duodécimo nos orçamentos” dos Poderes, em relação ao crescimento da receita corrente líquida, que foi bastante agravado pelo congelamento que houve dos orçamentos dos Poderes nos exercícios de 2017 a 2019. Nos quais, os Poderes perderam nos últimos anos, com uma redução gradual nos seus orçamentos em relação à receita corrente líquida em 2016, como exemplo do último orçamento antes do congelamento do que ocorreram entre os exercícios é a soma dos orçamentos dos Poderes que representava 17,17% por cento, atualmente levando-se em consideração a receita corrente



líquida de abril de 2022 que está em 14 bilhões e só representa 11,45%. De modo que, houve uma queda percentual de 5,71% em relação à receita corrente líquida. E com isso se pode observar que “estamos vivendo um processo de achatamento dos percentuais da receita corrente líquida. Nesse cenário é preciso que o crescimento comum traduzido pelo crescimento da receita corrente líquida possa ser compartilhado entre os Poderes, para que o percentual em que o orçamento foi construído e aprovado nesta Casa do povo seja válido ao longo do exercício. A forma proposta pelos poderes em conjunto é que, além da garantia da atualização pelo IPCA, que já foi garantido na proposta, é o compartilhamento do excesso de arrecadação, conforme proposta de emenda apresentada pelo Deputado Adriano Galdino, de forma que traduza a demanda de todos os Poderes e Órgãos e, portanto, esse compartilhamento do excesso de arrecadação é o que irá minimizar o efeito do “achatamento dos orçamentos dos poderes” em relação à receita corrente líquida, garantindo assim que cada poder possa desempenhar suas atribuições. Em seguida a Dra. Pollyanna Xavier, a pró-reitora de planejamento e de desenvolvimento representando a Reitoria da UEPB. A oradora falou sobre a parceria com o Governo do Estado que muito ajudava a Universidade e favorecia bastante o desenvolvimento dos nossos alunos a pagar bolsas para os estudantes e apoio à pesquisa no âmbito daquela instituição de ensino. Alegou a oradora que contava com essa parceria e também agradecia a essa Casa Legislativa e a alguns deputados que têm destinado emendas impositivas para a UEPB, como os Deputados Raniery Paulino, Anísio Maia, Jutay Meneses, Estela Bezerra, entre outros. Concluiu agradecendo a abertura desta Casa para que a Universidade possa vir dialogando e sempre mostrando as suas necessidades, as suas demandas em relação a todas as áreas e que a universidade consiga cumprir e fazer que é necessário para o desenvolvimento da instituição e da mesma forma acreditando que essa instituição de ensino possa continuar com esse mesmo diálogo de abertura e parceria com os deputados desta Casa Legislativa. O Presidente concedeu a palavra ao Senhor Fernando Catão, Presidente Tribunal de Contas, que cumprimentou todos e afirmou que na Assembleia realizou o primeiro contato com os deputados e aprendeu muito com esta Casa. Disse que a lei orçamentaria vai estabelecer as metas que a gestão tem que cumprir, que a partir de dois mil e vinte e três terá uma grande transformação na administração, defendeu a correção do orçamento pelo IPCA e afirmou que não pode falar em ampliar despesas sem aumentar receita. Falou que a despesa de pessoal deve ser



racionalizada e que as despesas previdenciárias são problemas sérios e graves na administração pública. Afirmou que não se pode recuperar os prejuízos na educação apenas com compra de computadores, que existem municípios que seria mais barato matricular todas as crianças em escolas particulares e isso confirma que falta gestão. Convidou toda a população para contribuir com a fiscalização. O Presidente concedeu a palavra ao Senhor Ricardo Barros, representante da Defensoria Pública, que cumprimentou todos os presentes, afirmou que a reivindicação da Defensoria Pública é em relação ao orçamento, que foi prejudicada por mais de oito anos por cortes de orçamentos anuais. Disse que possui dados que afirmam que a Defensoria Pública cresceu em mais de quarenta por cento o número de atendimento em virtude da Pandemia, que os órgãos precisam ser atendidos no momento da elaboração do orçamento e que não quer aumento para despesas de pessoal, e sim para atender à grande demanda de atendimento. O Presidente informou que tem oito pessoas inscritas e depois o Secretário Gilmar Martins responderá a todos. Concedeu a palavra ao Senhor Leonardo Quintas, da Associação Paraibana do Ministério Público, que cumprimentou todos os presentes, disse que todos conhecem o histórico orçamentário das instituições, que todos sofreram com cortes, e apenas a partir de dois mil e vinte o orçamento foi corrigido pelo IPCA, que é preciso lembrar que as sobras não chegam às instituições e que a falta de rateio do superávit da arrecadação preocupa pelo fato de evitar que as instituições cresçam. Pediu que o superávit seja partilhado com as instituições de forma proporcional. O Senhor Jose Elder, da Associação dos Docentes da UEPB, cumprimentou todos, afirmou que as metas que o Governo coloca para o Executivo, a UEPB pode contribuir, pois é referência na formação de professores do Estado. Disse que a UEPB precisa resolver a situação das progressões que está gerando passivo para o Estado, expandir as pesquisas e realizar concursos públicos. Falou que a UEPB não tem correção no IPCA e sugeriu que seja incluída na Lei de Diretrizes. Finalizando questionou se o orçamento contempla o mínimo de três por cento que devem ser destinados à UEPB. O Senhor Betoven Gomes, Presidente da Associação dos Policiais Cíveis de Carreira, cumprimentou todos, disse que Polícia Civil da Paraíba tem cento e quarenta anos de existência e é considerada a melhor do Nordeste. Afirmou que está prevista a nomeação de mais de mil vagas, defendeu que seja aumentada, que foi autorizada comissão para tratar do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, que o trabalho foi concluído a semana passada e pediu que a reestruturação do Plano de Cargos e



Carreiras seja realizada pela Assembleia. Falou que o policial civil da Paraíba recebe o menor salário do país e, ainda assim, é a melhor polícia do Nordeste. O Senhor Altamir de Alencar, da Associação de Servidores do Tribunal de Justiça, cumprimentou todos, afirmou que reitera as palavras da representante Doutora Isabel, que os anos de congelamento fizeram com que as instituições sofressem, que o IPCA não representa as reais necessidades, mas é importante, que aconteceu aumento de demandas no Tribunal de Justiça, que tem muitos servidores se aposentando e o Tribunal não consegue fazer novos concursos. O Doutor Gilberto Rodrigues, da Associação dos Magistrados, defendeu o espaço democrático para que as associações possam expor suas demandas e afirmou que é importante que sejam atendidas. Disse que as demandas aumentaram, que os Poderes precisam atender e que as intuições devem ser contempladas com valores suficientes para desempenharem os seus trabalhos. O Senhor Joselito Bandeira, da Associação dos Oficiais de Justiça da Paraíba, cumprimentou todos e falou que a demanda já foi exposta. Parabenizou o Governador pelo respeito as instituições e afirmou que ainda há prejuízos em relação ao passado, que precisa reparar perdas e que os Servidores fazem a máquina pública funcionar. Pediu sensibilidade para que as distorções sejam reparadas e os Servidores sejam valorizados e encerrou afirmando esses Servidores que recebem os menores salários do Nordeste. O Senhor Vitor Hugo, Coordenador da Central Sindical, cumprimentou todos, parabenizou o Secretário Gilmar Martins e o Governo do Estado por terem trazido novas perspectivas para as instituições. Afirmou que o orçamento dos Poderes avançou, defendeu uma política salarial para os Servidores com respeito ao Orçamento do Estado. Disse que acompanhou a renúncia fiscal e afirmou que é maior que o orçamento da Previdência e defendeu que haja uma discussão sobre o tema. O Senhor Vagner Lira Pinheiro, do Sindifisco, cumprimentou todos os presentes, parabenizou o Governo pelo equilíbrio fiscal conquistado e defendeu que seja dividido com as instituições. Disse que nos últimos anos aconteceu uma inflação grande e que é preciso garantir recomposição salarial para os servidores. Destacou que a receita do Estado cresceu e que para este ano está previsto superávit. O Senhor José Sérgio da Cunha, do Sintespe e Diretor Geral da UEPB, cumprimentou todos, afirmou que esse espaço é muito importante para o debate, que os problemas orçamentários impedem que a máquina pública seja mais eficiente. Disse que a UEPB possui em média oitocentos servidores e que existe menos de um funcionário por professor e defendeu a realização de concurso público. Disse



que precisa resolver a questão das correções, que seja obedecido os três por cento da receita corrente líquida, que reconhece que o Governo tem feito diferente e finalizou afirmando que a Paraíba precisa avançar. Usou da palavra logo em seguida Suana Melo, Presidente do Sindicato dos Investigadores da Paraíba (SINVPOL). Na ocasião, ela cumprimentou os presentes, falou da importância do debate em questão, lembrou que estar presente nesta reunião era uma oportunidade em que as categorias estariam buscando a valorização das respectivas atividades. Comentou a dificuldade que existia no diálogo entre as entidades representativas e a gestão do Governo passado e afirmou que o serviço público necessita de estruturação, adequação e valorização para os profissionais que atuam. Ela lamentou o número de mortes de policiais civis em consequência da Covid-19, ao tempo em que lembrou que isso se deu em virtude de a categoria fazer parte, assim como outras, da "linha de frente". Por fim, ela se mostrou crente na mudança da situação atual dos servidores e na valorização de toda a categoria da Polícia. Falou na sequência o Senhor Pedro Severino, representante da Central Sindical - UGT. No uso da fala, ele disse que se tratava de um momento oportuno para resgatar lembranças dos movimentos estudantis, apresentou sugestão para que se destinasse um orçamento específico à Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e uma sugestão na logística e na forma de distribuição das águas do Manancial Coremas-Mãe d'água. Não havendo mais oradores inscritos o Presidente, Deputado Branco Mendes, concedeu a palavra ao Secretário Gilmar Martins para responder aos questionamentos dirigidos a ele e fazer as considerações finais. Na oportunidade, ele começou lembrando a máxima da técnica orçamentária segundo a qual "as demandas da sociedade são ilimitadas, mas os recursos são finitos". Em seguida lembrou a queda na arrecadação do ICMS, mostrou preocupação com a perda de parte do Orçamento para o ano de 2024 e afirmou que o Estado e a equipe fiscal estariam estudando uma maneira de compensar tais recursos. Dito isso, ele respondeu em bloco aos Senhores Dr. Hortêncio, Dr. Ricardo Barro, Dr. Altemir de Alencar e Roberto do SINDIJUS, cujas falas giraram em torno do compartilhamento no excesso de arrecadação e na distribuição do duodécimo dos Poderes. Na ocasião, ele disse que era necessário cautela diante do assunto, mas que a matéria já estava sendo estudada pela equipe econômica do Governo. Além disso, ele informou tecnicamente que o tal excesso de arrecadação foi um bom sinal para o fluxo de Caixa, mas não para as demandas da população. Em seguida, ele voltou a falar às demais categorias e ao Senhor Fernando Catão e lembrou que a peça



orçamentária deve ser elaborada com prudência, ouvindo outras demandas da sociedade e, sobretudo, dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante ao gasto com pessoal. Em resposta ao Sindfisco, o Secretário comentou sobre o compartilhamento do superávit financeiro entre os servidores, disse que não há legislação que permita esse caso, que os recursos para o pagamento do pessoal provêm do FUNDEB e que o Governo deve observar o princípio da legalidade. Ele falou ainda da importância do equilíbrio fiscal conquistado pelo Estado, mas que isso não poderia ser uma garantia de espaço para ultrapassar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com relação às demandas e questionamentos da UEPB, o Secretário garantiu que houve um avanço, a exemplo de uma dotação orçamentária suplementar para a instituição de ensino, do convênio firmado entre Secretaria de Educação, Governo e empresas de tecnologia e o reajuste de 10% aos servidores da Universidade. Ao Fórum de Servidores, ele respondeu que a política salarial é um desejo de todos os servidores, mas que, pela diferença de Planos de Cargos, de níveis salariais, das carreiras e atribuições distintas das categorias, inviabilizada estaria a ação pensada no todo. Em relação à folha de pessoal, o Secretário garantiu que o Estado respeita o limite de responsabilidade fiscal e que sempre que há espaço, o Governo ajusta a demanda. Por fim, ele fez agradecer a oportunidade em esclarecer os pontos levantados e agradeceu, em especial, à equipe técnica de servidores que o acompanha nas atividades da Secretaria. Na sequência, o Presidente retomou a palavra e, concluídos os debates, esclareceu que toda a matéria referente à LDO estaria disponibilizada no site da ALPB. Em seguida, deu por encerrada a presente audiência pública. Lavrando a presente Ata os redatores Suely Pessoa de Luna, Consultor Legislativo, Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo e Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa – PB, 18 de maio de 2022.

Branco Mendes
Presidente